

Atividade física: espaços e condições ambientais para sua prática em uma capital brasileira

Physical activity: spaces and environmental conditions for its practice in a Brazilian capital

SILVA, I J O da; ALEXANDRE, M G; RAVAGNANI, F C de P; SILVA, J V P da; COELHO-RAVAGNANI, C de F; . Atividade física: espaços e condições ambientais para sua prática em uma capital brasileira. **R. Bras. Ci. e Mov.** 2014; 22(3): 53-62

RESUMO: Evidências científicas, pautadas em perspectivas ecológicas, apontam que mudanças positivas no ambiente físico tendem a propiciar aumento na prática de atividade física de lazer (AFL). Além disso, o estilo de vida ativo se configura em fator preventivo à doenças e promotor de benefícios à saúde. Dessa forma, se faz necessário avaliar os ambientes físicos de cada cidade, com vistas a uma melhor adequação, tornando-os espaços favoráveis à prática de AFL. Atentos a isto, buscamos neste estudo analisar os espaços específicos à prática de AFL existentes em uma capital brasileira (Cuiabá – MT). Especificamente, objetivamos realizar o levantamento dos espaços de lazer existentes: apontando suas respectivas localizações geográficas e avaliando as condições ambientais de suas instalações – especificidade do local (tipo de espaço e status jurídicos), ambiente construído, ambiente natural, ambiente estético, segurança e poluição. Por meio da técnica de observação sistematizada, combinada com a avaliação morfológica normativa, constatou-se a existência de 150 espaços, sendo a maioria administrada pelo poder público (64,66%). Havia um maior número deles nas regiões Leste e Sul (35,55% e 33,33%, respectivamente). Em relação aos tipos de espaços notou-se a predominância de academias (33,3%), campos de futebol (23,3%) e quadras esportivas (13,9%). No que tange as características do ambiente construído, ambiente natural e segurança, os resultados foram positivos apenas na maioria dos espaços privados e na região Leste. Embora a maioria dos espaços à prática de AFL estejam sob a administração do poder público, estes apresentam várias inadequações, o mesmo ocorrendo com aqueles que se encontram na região mais pobre da cidade (Oeste).

Palavras-chave: Meio ambiente; Estilo de Vida; Atividade Física; Saúde Pública.

ABSTRACT: Scientific evidences, supported by ecological models, point out that positive changes in physical environment enhance the physical activity practice during leisure time (PAL). Furthermore, an active lifestyle is a preventive factor in terms of diseases and promotes health benefits. Thus, it's necessary evaluate the physical environments of the cities, in order to make them favorable for PAL. The aim of this study was to analyze the specific spaces for PAL in a Brazilian capital (Cuiabá – MT), conditions – local specifics (space type and legal status), built, natural and aesthetic environment, safety and pollution. Through the technique of systematic observation, combined with the normative morphological evaluation, 150 spaces were found, mostly administered by the government (64.66%). A greater number of spaces was in the East and South regions (35.55% and 33.33%, respectively). The predominant spaces were gyms (33.3%), soccer fields (23.3%) and sports courts (13.9%). Regarding the characteristics of the built environment, natural environment and safety, the results were favorable in most private spaces and in the eastern region. Although most areas for PAL were under the government administration, they present several inadequacies, especially those in the poorest area of the city (West). These findings point to the need for intervention by the municipal government, in order to improve the adequacy of existing spaces and create new spaces, especially those in more deprived areas.

Key Words: Environment; Life Style; Physical Activity; Public Health.

Contato: Igor Joaquim Oliveira da Silva - igor_show_man@hotmail.com

Igor Joaquim Oliveira da Silva¹
Marcelo Gomes Alexandre¹
Fabricio Cesar de Paula
Ravagnani²
Junior Vagner Pereira da Silva¹
Christianne de Faria
Coelho-Ravagnani¹

¹ Universidade Federal de Mato Grosso
² Instituto Federal de Mato Grosso

Recebido: 23/02/2014
Aceito: 10/08/2014

Introdução

Têm-se bem estabelecido os benefícios da prática de atividade física (AF) à saúde, bem como a aceitação do estilo de vida fisicamente inativo como fator preditivo de agravos à saúde^{1,3}. Diante destas e outras evidências disponíveis na literatura, estudos têm sido desenvolvidos tanto em nível internacional, quanto também no país em questão com objetivos de diagnosticar o estilo de vida populacional^{4,5}.

Dentre as investigações disponíveis no âmbito brasileiro podem ser destacadas as desenvolvidas pelo sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), apontando que, nos últimos anos, apenas 14,9%⁴ e 30,3%⁵ dos brasileiros residentes nas 26 capitais do país e Distrito Federal alcançaram níveis de atividade física no lazer (AFL) recomendados à saúde.

No contexto das AF existem significativas diferenças entre aquelas realizadas no cotidiano em geral (trabalho, deslocamento e domésticas) daquelas realizadas especificamente no lazer, pois esta se configura em atividades executadas a partir de um tempo disponível e uma atitude do indivíduo em querer se exercitar, seja por motivos estéticos, de saúde, convívio social, entre outros⁶, embora por vezes, esta atitude seja condicionada por elementos multifatoriais, que incluem fatores intrapessoais, sociais, ambientais e políticos⁷.

Diante dos diferentes condicionantes da ocupação do tempo da população com o lazer, estudos têm sido desenvolvidos com intuito de conhecer àqueles que dificultam/impedem diferentes grupos a praticar AFL^{8,9,10}. Dentre os principais fatores que têm agido negativamente à adoção do estilo de vida fisicamente ativo tem se evidenciado àqueles relacionados aos espaços, como a falta

de equipamentos⁹, falta de locais apropriados^{8,9} e a poluição do ar¹⁰.

Considerando a influência que a existência ou ausência de espaços específicos podem exercer sobre a prática de AFL; que inexistem estudos sobre a estrutura física disponível para estes fins em Cuiabá – MT; que a população adulta desta capital tem apresentado um estilo de vida fisicamente inativo, figurando entre as capitais que apresentam os menores índices de AFL em anos anteriores⁴; se faz importante que investigações sejam desenvolvidas a fim de conhecer os espaços de lazer disponíveis à prática de AF nesta capital e o suas respectivas condições ambientais.

Diante ao exposto, a presente investigação tem por objetivo analisar os espaços específicos à prática de AFL existentes em Cuiabá – MT. Especificamente, objetivamos realizar o levantamento dos espaços de lazer existentes: apontando suas respectivas localizações geográficas e avaliando as condições ambientais de suas instalações – especificidade do local (tipo de espaço e status jurídicos), ambiente construído, ambiente natural, ambiente estético, segurança e poluição.

Materiais e Métodos

Em função da amplitude territorial do município optou-se por analisar o ambiente levando em consideração aproximadamente 25% da área total das regiões em que a cidade se encontra subdividida¹¹. De acordo com o abairramento, foram selecionados por região os bairros que possuíam a função de “bairro sede”; não alcançando os 25% propostos, era inserido juntamente o bairro mais populoso e assim sucessivamente até alcançar a meta territorial estabelecida (Figura 1).

Região	Área das regiões (m ²)	Área dos bairros ¹¹ (m ²)	Área total analisada (%)
Norte	30.700.000	Morada da serra (7.438.000)	24,22
Sul	128.630.000	Vista Alegre – “bairro sede” (381.200); Pedra 90 (6.590.600); Tijucal (1.884.800); Parque Cuiabá (2.561.700); Jardim Industriário (2.395.600); Residencial Coxipó (2.866.400); São João Del Rei (1.081.900); Cohab São Gonçalo (430.000); Parque Atalaia (5.588.800); Osmar Cabral (968.300); Jardim Fortaleza (652.200); Nova Esperança (2.653.000); São Francisco (1.622.600); N. Sr. Aparecida (980.000).	23,83
Leste	46.010.000	Bandeirantes – “bairro sede” (401.500); Dom Aquino (1.795.300); Jardim Imperial (1.218.000); Pedregal (614.100); Areão (1.047.500); Boa Esperança (1.764.100); Planalto (669.000); Lixeira (664.100); Poção (826.200); Grande Terceiro (875.300); Bosque da Saúde (663.500); Bela Vista (290.000); Jardim Leblom (719.400).	24,96
Oeste	49.230.000	Quilombo – “bairro sede” (1.481.200); Alvorada (2.301.200); Cidade Alta (2.188.600); Santa Isabel (1.395.200); Porto (2.482.200); Barra do Pari (2.355.900).	24,81

Figura 1. Delimitação da área (m²) analisada em cada região do município de Cuiabá e seus respectivos bairros

Para a avaliação do ambiente físico foi utilizado um instrumento adaptado do proposto por Bortoni *et al.*¹², apresentado na Figura 2. A principal adaptação se refere ao acréscimo do segmento especificidades do local, resultante das peculiaridades do objetivo do presente estudo (a avaliação do ambiente físico em geral e concomitantemente dos espaços e condições específicos para a prática de AF). Esse segmento foi avaliado quanto ao tipo conforme a indicação de uma opção dentre cinco (quadra, campo etc.) e em relação ao status jurídico, verificando se eles eram públicos ou privados. Os demais segmentos foram avaliados de acordo com cada tópico inserido (exemplo: Ambiente estético, existência de prédios e casas abandonadas) de forma dicotômica – sim ou não.

pelo Trabalho em Saúde da Família do município de Cuiabá – MT, PET Saúde – SF¹⁵ que atualmente está inserido no Pró-Saúde.

O total de bairros inseridos na análise foi de trinta e quatro (Figura 1). Os dados foram tabulados no Microsoft Office Excel 2010 e posteriormente realizada a análise descritiva categorizada por regiões.

Resultados

O estudo indica a existência de 150 espaços destinados à prática de AFL nas áreas analisadas, estando a maioria sob a administração pública, conforme Tabela 1. Quanto a sua distribuição geográfica, a região Leste, concentradora da

Especificidades do local	Verificou-se o local quanto ao tipo (quadra, campo, clube, academia e misto (mescla das características) e status jurídico (se é público ou privado).
Ambiente Construído	Verificou-se a existência de cerca ao redor, ponto de ônibus próximo, rampas para deficiente, ciclovia, pista de skate e condições do piso.
Ambiente Natural	Verificou-se a existência de árvores nas proximidades do local.
Ambiente estético	Verificou-se a existência de prédios e casas abandonadas, terrenos baldios, matagal ao redor, pichação e depredação do local.
Segurança	Verificou-se a existência de iluminação ao redor do espaço disponível para a prática de AF.
Poluição	Verificou-se a existência de fumaça, esgoto a céu aberto, lixo na rua e o mau cheiro.

Figura 2. Características avaliadas em cada segmento observado no ambiente construído, adaptado de Bortoni *et al.*¹²

A coleta teve início no mês de maio e término em junho de 2011. Tendo como técnica de investigação adotada a observação sistemática¹³, combinada com a avaliação morfológica normativa¹⁴, que se caracteriza pela avaliação da formação física da cidade e seus componentes elementares.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário Júlio Müller sob protocolo n° 693/2009, constando como parte do Programa de Educação

população de maior poder aquisitivo do município, figurou como detentora da maior quantidade de espaços e a região Oeste, a menor.

Em relação ao tipo de espaços, evidenciaram-se a predominância das academias, campos de futebol e quadras esportivas (Tabela 2). Quanto as academias, cabe sinalizar que todas, oriundas da administração privada, cobram mensalidades que vão de 51,00 a 181,00 reais.

Tabela 1. Quantidade de espaços estratificados segundo status jurídico nas regiões de Cuiabá – MT

Região	Público	Privado	Total
Norte	21(21,64%)	14(26,41%)	35(23,33%)
Sul	37(38,14%)	13(24,52%)	50(33,33%)
Leste	34(35,05%)	19(35,84%)	53(35,55%)
Oeste	05(5,15%)	07(13,20%)	12(8,00%)
Total	97(64,66%)	53(35,33%)	150(100%)

Tabela 2. Descrição do segmento especificidades dos locais, de acordo com o tipo, estratificada por regiões em Cuiabá – MT

Região	Campo N (%)	Academia N (%)	Clube N (%)	Quadra N (%)	Misto N (%)	Outros N (%)
Norte	06(4,00%)	14(9,33%)	00(0,00%)	03(2,00%)	03(2,00%)	09(6,00%)
Sul	20(13,33%)	10(6,66%)	02(1,33%)	11(7,33%)	01(0,66%)	06(4,00%)
Leste	07(4,66%)	19(12,66%)	00(0,00%)	05(3,33%)	07(4,66%)	15(10,00%)
Oeste	02(1,33%)	07(4,66%)	00(0,00%)	02(1,33%)	01(0,66%)	00(0,00%)
Total	35(23,3%)	50(33,3%)	02(1,3%)	21(13,9%)	12(7,9%)	30(20,0%)

Quanto as características do ambiente construído observou-se resultados positivos apenas em três elementos – disponibilização de cercas ao redor, pontos de ônibus e boas condições do piso. Contudo, conforme indica a Tabela 3, os resultados gerais se encontram influenciados pelas boas condições dos ambientes sob a administração privada, uma

vez que os espaços públicos se encontram, em sua maioria, em condições inadequadas em todos os itens analisados, enquanto que os privados apresentam resultados negativos em apenas três elementos (rampas de acessibilidade, ciclovia e pista de skate).

Tabela 3. Descrição do ambiente construído estratificada por regiões em Cuiabá-MT

	Status jurídico dos equipamentos		Total N (%)
	Privado N (%)	Público N (%)	
Possuí cerca ao redor			
Norte	14(26,41%)	11(11,34%)	25(16,66%)
Sul	13(24,52%)	12(12,37%)	15(16,66%)
Leste	19(35,84%)	14(14,43%)	33(22,00%)
Oeste	07(13,20%)	03(3,09%)	10(6,66%)
Total	53(100%)	40(41,2%)	93(60,66%)
Rampas de acessibilidade arquitetônica			
Norte	00(0,00%)	08(8,24%)	08(5,33%)
Sul	07(13,20%)	04(4,12%)	11(7,33%)
Leste	12(22,64%)	07(7,21%)	19(12,66%)
Oeste	05(9,43%)	02(2,06%)	07(4,66%)
Total	24(45,27%)	21(21,6%)	45(30,00%)
Possuí ciclovia			
Norte	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Sul	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Leste	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Oeste	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Total	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Ponto de ônibus próximo			
Norte	10(18,86%)	13(13,40%)	23(15,33%)
Sul	07(13,20%)	12(12,37%)	19(12,66%)
Leste	08(15,09%)	19(19,58%)	27(18,00%)
Oeste	04(7,54%)	02(2,06%)	06(4,00%)
Total	29(54,6%)	46(47,4%)	75(50,0%)
Piso em boa condição			
Norte	13(24,52%)	08(8,24%)	21(14,00%)
Sul	12(22,64%)	08(8,24%)	20(13,33%)
Leste	19(35,84%)	16(16,49%)	35(23,33%)
Oeste	07(13,20%)	02(2,06%)	09(6,00%)
Total	51(96,2%)	34(35,0%)	85(56,6%)
Possuí pista de skate			
Norte	00(0,00%)	01(1,03%)	01(0,66%)
Sul	00(0,00%)	01(1,03%)	01(0,66%)
Leste	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Oeste	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Total	00(0,00%)	02(2,06%)	02(1,33%)

No que diz respeito a quantidade de espaços arborizados (Tabela 4) tem-se que 73,18% dos espaços públicos possuem árvores ao redor. Em relação as regiões, a Leste,

tanto nos espaços públicos quanto privados, apresentaram a maior quantidade de árvores ao redor.

Tabela 4. Descrição do segmento ambiente natural estratificada por regiões em Cuiabá-MT

Região	Status jurídicos dos equipamentos		
	Privado N(%)	Público N(%)	Total N(%)
Norte	00(0,00%)	15(15,46%)	15(10,00%)
Sul	03(5,66%)	24(24,74%)	27(18,00%)
Leste	04(7,54%)	27(27,83%)	31(20,66%)
Oeste	00(0,00%)	05(5,15%)	05(3,33%)
Total	07(13,20%)	71(73,18%)	78(52,00%)

No que tange ao ambiente estético (Tabela 5), os resultados gerais são positivos, pois apenas um elemento (depredação) apresentou percentual superior a 50%. Ainda, em relação a qualidade estética, os espaços sob a

administração privada apresentaram melhores condições. Quanto às regiões, a Sul, foi a que apresentou os piores resultados.

Tabela 5. Descrição do ambiente estético estratificado por regiões em Cuiabá-MT

	Status jurídico dos equipamentos		
	Privado N(%)	Público N(%)	Total N(%)
<i>Possui prédios abandonados ao redor</i>			
Norte	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Sul	00(0,00%)	04(4,12%)	04(2,66%)
Leste	00(0,00%)	04(4,12%)	04(2,66%)
Oeste	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Total	00(0,00%)	08(8,20%)	08(5,33%)
<i>Possui terrenos baldios ao redor</i>			
Norte	00(0,00%)	04(4,12%)	04(2,66%)
Sul	02(3,77%)	23(23,71%)	25(16,66%)
Leste	01(1,88%)	14(14,43%)	15(10,00%)
Oeste	01(1,88%)	02(2,06%)	03(2,00%)
Total	04(7,53%)	43(44,32%)	47(31,33%)
<i>Possui depredação</i>			
Norte	01(1,88%)	14(14,43%)	15(10,00%)
Sul	03(5,66%)	34(35,05%)	37(24,66%)
Leste	00(0,00%)	23(23,71%)	23(15,33%)
Oeste	00(0,00%)	04(4,12%)	04(2,66%)
Total	04(7,50%)	75(77,30%)	79(52,66%)
<i>Possui casas abandonadas ao redor</i>			
Norte	00(0,00%)	03(3,09%)	03(2,00%)
Sul	01(1,88%)	16(16,49%)	17(11,33%)
Leste	00(0,00%)	07(7,21%)	07(4,66%)
Oeste	00(0,00%)	02(2,06%)	02(1,33%)
Total	01(1,80%)	28(28,80%)	29(19,33%)
<i>Possui matagal ao redor</i>			
Norte	00(0,00%)	08(8,24%)	08(5,33%)
Sul	01(1,88%)	24(24,74%)	25(16,66%)
Leste	02(3,77%)	11(11,34%)	13(8,66%)
Oeste	00(0,00%)	03(3,09%)	03(2,00%)
Total	03(5,65%)	46(47,41%)	49(32,66%)

<i>Possuí pichação</i>			
Norte	00(0,00%)	11(11,34%)	11(7,33%)
Sul	00(0,00%)	14(14,43%)	14(9,33%)
Leste	00(0,00%)	08(8,24%)	08(5,33%)
Oeste	00(0,00%)	02(2,06%)	02(1,33%)
Total	00(0,00%)	35(36,00%)	35(23,33%)

A variável relacionada ao segmento segurança – iluminação – se encontra presente na maioria dos espaços analisados (59,33%), sendo esta característica predominante nos espaços privados e na região Leste (Tabela 6).

Tabela 6. Descrição do segmento segurança nos locais para a prática de AF, estratificada por regiões em Cuiabá-MT

Região	Status jurídico dos equipamentos		Total
	Privado N(%)	Público N(%)	
Norte	14(26,41%)	14(14,43%)	28(18,66%)
Sul	12(22,64%)	08(8,24%)	20(13,33%)
Leste	17(32,03%)	14(14,43%)	31(20,66%)
Oeste	07(13,20%)	03(3,09%)	10(6,66%)
Total	50(94,2%)	39(40,19%)	89(59,33%)

No segmento poluição (Tabela 7), não foram constatados resultados negativos em nenhuma das variáveis analisadas nos espaços que se encontram sob a administração privada, condição diferente notada nos espaços que estão sob a

administração pública, visto que a maioria mostrou possuir lixo na rua. Quanto a região, a Sul apresentou os piores resultados em relação ao lixo na rua e mau cheiro e a Leste na poluição visual e esgoto a céu aberto.

Tabela 7. Descrição do segmento poluição nos locais para a prática de AF, estratificada por regiões

	Status jurídico do equipamento		Total
	Privado N(%)	Público N(%)	
<i>Poluição Visual</i>			
Norte	00(0,00%)	01(1,03%)	01(0,66%)
Sul	00(0,00%)	04(4,12%)	04(2,66%)
Leste	00(0,00%)	05(5,15%)	05(3,33%)
Oeste	00(0,00%)	00(0,00%)	00(0,00%)
Total	00(0,00%)	10(10,00%)	10(6,66%)
<i>Lixo na Rua</i>			
Norte	00(0,00%)	15(15,46%)	15(10,00%)
Sul	00(0,00%)	28(28,86%)	28(18,66%)
Leste	00(0,00%)	11(11,34%)	11(7,33%)
Oeste	00(0,00%)	04(4,12%)	04(2,66%)
Total	00(0,00%)	58(59,78%)	58(38,66%)
<i>Esgoto a céu aberto</i>			
Norte	00(0,00%)	01(1,03%)	01(0,66%)
Sul	00(0,00%)	03(3,09%)	03(2,00%)
Leste	00(0,00%)	05(5,15%)	05(3,33%)
Oeste	00(0,00%)	02(2,06%)	02(1,33%)
Total	00(0,00%)	11(11,33%)	11(7,33%)
<i>Mau cheiro</i>			
Norte	00(0,00%)	08(8,24%)	08(5,33%)
Sul	00(0,00%)	12(12,37%)	12(8,00%)
Leste	00(0,00%)	06(6,18%)	06(4,00%)
Oeste	00(0,00%)	03(3,09%)	03(2,00%)
Total	00(0,00%)	29(29,8%)	29(19,33%)

Discussão

Em termos gerais nossos resultados mostram que existe um número maior de locais públicos para AFL em comparação aos privados. Esta condição é importante, uma vez que o poder público se constitui produtor por excelência de políticas públicas¹⁶, embora, por vezes, se pautando em uma política de hierarquização de necessidades adotadas como básicas, o Estado não coloca o lazer entre suas prioridades¹⁷.

Não obstante, os espaços públicos foram os que apresentaram as condições menos favoráveis, visto que continham inadequações no ambiente construído (cerca ao redor, acessibilidade arquitetônica, ciclovia, pontos de ônibus, piso e pista de skate), ambiente estético (prédios abandonados, terrenos baldios ao redor, depredação, casas abandonadas, matagal ao redor e pichação), segurança (iluminação) e poluição (visual, lixo na rua, esgoto a céu aberto e mau cheiro), condição diferente observada naqueles sob a administração privada.

Se por um lado a maioria dos espaços destinados a AFL são públicos, por outro, verifica-se a ausência de investimento de recursos na qualificação e adequação destes espaços a boas condições de uso, o que indica a necessidade do poder público investir não apenas em construção, mas também no desenvolvimento da manutenção e conservação destas instalações.

O único segmento do ambiente público que apresentou resultados superiores ao privado esteve relacionado à arborização, condição que parece ser inerente ao município de Cuiabá, conhecida como “Cidade Verde”. Este é um aspecto positivo, pois sabe-se que em todo mundo, espaços verdes nas comunidades contribuem para adoção de uma vida fisicamente ativa¹⁸, ao passo que sua falta, configura-se como um problema à saúde¹⁹.

Fica evidente que, no geral, os espaços privados possuem melhor qualidade e figuram como os mais atraentes, devido ao maior investimento em sua criação e manutenção – fruto da captação de recursos por intermédio de mensalidades – enquanto os espaços públicos ficam a desdém, pois embora os bens e serviços públicos não se constituam em benevolência do Estado, visto que a população paga diferentes impostos – federais, estaduais e municipais – o direcionamento e a finalidade dada aos recursos, em sua maioria, são determinados pelos governantes.

A predominância de espaços na região Leste, residida pela população de maior poder aquisitivo de Cuiabá –MT, bem como os melhores resultados obtidos nesta região no ambiente construído (cerca ao redor, pontos de ônibus e piso em boa condição), ambiente natural (arborização) e segurança (iluminação), demonstram uma tendência predominante em diversas cidades brasileiras, em que a maioria dos espaços públicos destinados ao lazer encontram-se situados na região central – Rio de Janeiro/RJ²⁰ ou na região de maior poder aquisitivo – Curitiba²¹.

No que se refere às distribuições dos equipamentos de serviços, nota-se que com frequência eles são produzidos nos bairros dos centros, o mesmo ocorrendo com os

equipamentos de lazer, exceção de clubes privados, instalados em bairros residenciais²², provocando uma verdadeira segregação espacial, entendida como separação das classes e funções no espaço urbano, visto que ela se pauta, sobretudo, pelo nível econômico, pois conforme Santos²³ aponta, “a localização de infra-estrutura é resultado de um planejamento que sobretudo interessa aos atores hegemônicos da economia e da sociedade”.

Isso demonstra que a administração pública se encontra permeada por uma ideologia burguesa, vez que a distribuição dos equipamentos e serviços públicos da cidade se dá de forma diferenciada, com tendência a predominar regiões de maior poder aquisitivo quando comparado as populares²⁴.

Desta forma, as chances das pessoas de baixo poder aquisitivo usufruírem do seu tempo disponível com AFL são reduzidas ainda mais, pois além de não terem condições de investirem recursos em mensalidades de programas de AF sistematizada oferecidos pelo mercado, suas oportunidades são diminuídas pelos gastos com transportes e pelo tempo despendido no deslocamento até estes espaços²⁵.

Partindo do pressuposto de que a inter-relação entre o ambiente e a AFL é intuitiva¹³ quem não tem como pagar ou onde fazer, provavelmente não a praticará, contribuindo para que ocorram maiores índices de inatividade física no lazer em pessoas de nível socioeconômico baixo, conforme observado em estudos realizados em adultos²⁶.

No que tange as consequências da má qualidade dos espaços públicos destinados à AFL, elas podem configurar-se como diversas, sobretudo à saúde da população, uma vez que estudos dão conta de que instalações em boas condições de usos podem contribuir com comportamentos saudáveis²⁷, e que pessoas que percebem a existência de calçadas e ciclovias demonstram ser fisicamente mais ativas²⁸. Por outro lado, suas inadequações têm demonstrado agir negativamente sobre o nível de AFL²⁹. Ainda, a ausência de espaços adequados à prática de AFL se configura em um fator negativo ao bom andamento de programas relacionados à promoção do estilo de vida saudável, como os desenvolvidos por Unidades Básicas de Saúde, composta por equipes multidisciplinares¹⁵.

Partindo da premissa que o próprio Governo Federal tem estabelecido programas de promoção à saúde nesses aspectos, como os Núcleos de Apoio à Saúde na Família (NASF), as Academias da Saúde e os Espaços Urbanos Saudáveis³⁰, se faz imperioso que forças políticas locais sejam movidas em direção a criação, conservação e revitalização de espaços para implantação destes programas, sobretudo, para regiões Oeste e Norte do município de Cuiabá – MT, pois estas se mostraram detentoras da menor quantidade de espaços específicos à prática de AFL.

Ainda, alterações nos ambientes por intermédio de políticas públicas inter-setoriais, envolvendo ações e direcionamento de recursos de diferentes segmentos do Poder Público municipal como secretarias de infraestrutura, saúde e esporte, se fazem necessárias para que as recomendações de mudança de comportamentos propostas

por profissionais de saúde à população sejam colocadas em prática³¹, pois a promoção da saúde deve articular e permear políticas públicas que influenciem o futuro da qualidade de vida urbana, estabelecendo uma relação harmoniosa com o meio ambiente¹⁹. Nessas perspectivas, intervenções com o intuito de elevar a prática de AFL são necessárias, pois estudos fundamentados em premissas socioecológicas indicam que mudanças no ambiente físico, tendem a propiciar o aumento da prática de AF^{12,13,32}.

De modo geral, é importante apontar que conforme o estudo de Moudon e Lee³³, resultados de variáveis estéticas do ambiente podem variar devido a percepção pessoal de cada avaliador, configurando-se como um fator limitante em estudos que utilizam a observação direta como meio de avaliação do ambiente. Outro ponto limitante está no fato de que ao utilizarmos apenas um avaliador do ambiente, pudemos verificar somente aproximadamente 25% de cada região da cidade, não sendo possível desse modo, relatar a totalidade dos ambientes de Cuiabá – MT. Em contrapartida, a avaliação por apenas um indivíduo possibilitou evitar o viés de percepções entre avaliadores, pois cada avaliador pode emitir uma opinião diferente.

Conclusões

Conclui-se que embora exista uma boa quantidade de espaços para a prática de AFL nas áreas analisadas, a maioria deles, sob a administração do Poder Público, apresenta diversas inadequações no ambiente construído, ambiente estético, segurança e poluição. Ainda, a região de maior poder aquisitivo (Leste) demonstrou dispor de maior quantidade de espaços (tanto públicos como privados), melhores condições no ambiente construído, ambiente natural e segurança.

Diante ao observado, se faz necessário que intervenções sejam realizadas pelo Poder Público Municipal a fim de adequar os espaços de AFL em seus ambientes construídos, ambientes estéticos, segurança e poluição a condições satisfatória de uso, assim como a implementação de novos espaços, sobretudo em regiões que se encontram mais desprovidas destes.

Referências

1. Bauman AE. Updating the evidence that physical activity is good for health: an epidemiological review 2000-2003. *J Sci Med Sport*. 2004; (7):6-19.
- 2 – Lee I, Shiroma EJ, Lobelo F, Puska P, Blair SN, Katzmarzyk PT. Effect of physical inactivity on major non-communicable diseases worldwide: an analysis of burden of disease and life expectancy. *Lancet Physical Activity Series Working Group*. 2012; 380: 219-229.
3. Kohl HW *et al.* The pandemic of physical inactivity: global action for public health. *Lancet Physical Activity Series Working Group*. 2012; (380): 294-305
4. Ministério da Saúde (Brasil), Secretaria de Vigilância em Saúde. *Vigitel Brasil 2010: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.
5. Ministério da Saúde (Brasil), Secretaria de Vigilância em Saúde. *Vigitel Brasil 2011: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.
6. Silva JVP, Sampaio TMV. O lazer e suas diversas faces. In: Silva JPV, editor. *Lazer e cidadania: horizontes de uma construção*. 1ª ed. Brasília (DF): Universia; 2011. p. 45-66.
7. Bauman AE *et al.* Correlates of physical activity: why are some people physically active and others not? *Lancet Physical Activity Series Working Group*. 2012; (380): 258-271.
8. Copetti J, Neutzling MB, Silva MC. Barreiras à prática de atividades físicas em adolescentes de uma cidade do Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Atividade física & Saúde*. 2010; 15(2), 88-94.
9. Figueira Júnior A, Ferreira MBR, Ceschini, FL. Percepção das barreiras e prática de atividade física em adolescentes residentes em regiões metropolitana e interiorana do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*. 2008; 16(3), 78-86.
10. Silva DAS, Petroski ÉL, Reis RS. Barreiras e facilitadores de atividades físicas em frequentadores de parques públicos. *Motriz*. 2009; 15(2), 219-227.
11. Prefeitura Municipal (Cuiabá), Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. *Composição dos Bairros de Cuiabá*. Cuiabá (MT): Prefeitura de Cuiabá; 2010. Disponível em: http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/composicao_bairros.pdf [2013 ago 20].
12. Bortoni WL, Florindo AA, Salvador EP, Reis RS. Desenvolvimento e reprodutibilidade de um instrumento de avaliação objetiva do ambiente para aplicação em estudos de atividade física. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*. 2009; 14(1), 38-47.
13. Hino AAF, Reis RS, Florindo AA. Ambiente construído e atividade física: uma breve revisão dos métodos de avaliação. *Revista Brasileira Cineantropometria & Desempenho Humano*. 2010; 12(5), 387-394.
14. Gauthier P, Gilliland J. Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form. *Urban Morphology*. 2006; 10(1), 41-50.
15. Silva VG, Ribeiro TC, Machado AD, Duarte SJH, Coelho-Ravagnani CF. A educação física no programa de educação pelo trabalho para saúde de Cuiabá-MT. *Revista Brasileira de Atividade Física Saúde*. 2012; 17(2), 121-124.
16. Souza C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. 2006; 8(16), 20-45.
17. Marcellino NC. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2ª ed. Campinas (SP): Autores Associados; 2001. *Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte*. p.6-29.
18. Heath GW, Troped PJ. The role the built environment in shaping the health behaviors of physical activity and healthy eating for cardiovascular health. *Future Cardiology*. 2012; 8(5), 677-679.
19. Moretti AC, Almeida V, Westphal MF, Bógus CM. Práticas Corporais/Atividade Física e Políticas Públicas de Promoção da Saúde. *Saúde e Sociedade*. 2009; 18(2), 346-354.
20. Dias CA *et al.* Espaço, lazer e política: uma análise comparada das desigualdades na distribuição de equipamentos culturais em cidades brasileiras, colombianas, venezuelanas e argentinas – resultados preliminares. *Licere*. 2008; 11(1), 1-24.

21. Oliveira, MP, Rechia S. O espaço cidade: uma opção de lazer em Curitiba (PR). *Licere*. 2009; 12(3), 1-25.
22. Santos M. Manual de geografia urbana. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2008.
23. Santos M. A natureza do espaço. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2009.
24. Silva JB da. Estatuto da cidade versus Estatuto de cidade – Eis a questão. In: Carlos AFA, Lemos AIG. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2ª ed. São Paulo: Contexto; 2004. p.29-34.
25. Marcellino NC. Estudos do lazer: uma introdução (3ª ed.). São Paulo: Autores Associados; 2002.
26. Reichert FF, Domingues MR, Barros AJD, Hallal PC. The role of perceived personal barriers to engagement in leisure time physical activity. *American Journal of Public Health*. 2007; (17), 515-519.
27. Sallis JF, Cervero RB, Ascher W, Henderson KA, Kraft MK, Kerr J. An Ecological Approach to Creating Active Living Communities. *Annual Review of Public Health*. 2006; (27): 297-322.
28. Giehl MWC, Schneider IJC, Corseuil HX, Benedetti TRB, d'Orsi E. Atividade física e percepção do ambiente em idosos: estudo populacional em Florianópolis. *Revista de Saúde Pública*. 2012; 46(3), 516-525.
29. Florindo AA, Garcia LMT, Guimarães VV, Salvador EP, Filho HF, Reis RS, *et al*. Escore de ambiente construído relacionado com a prática de atividade física no lazer: aplicação numa região de baixo nível socioeconômico. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*. 2013; 15(2): 243-255.
30. Schmidt MI, Duncan BB. O enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis: um desafio para a sociedade brasileira. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 2011; 20(4), 421-423.
31. Pearson TA *et al*. American Heart Association Guide for Improving Cardiovascular Health at the Community Level: A Statement for Public Health Practitioners, Providers, and Health Policy Makers from the American Heart Healthcare Association Expert Panel on Population and Prevention Science. *Circulation, Journal of the American Heart Association*. 2003; (107): 645-651.
32. Heath GW *et al*. Evidence-based intervention in physical activity: lessons from around the world. *Lancet Physical Activity Series Working Group*. 2012; (380):272-281.
33. Moudon AV, Lee C. Walking and Bicycling: An Evaluation of Environmental Audit Instruments. *American Journal of Health Promotion*. 2003; 18(1), 21-37.